DIÁRIO DE LISBOA 14.2.84

Tripartida histórica nas Necessidades

● Moçambique, África do Sul e Portugal debatem Cabora Bassa e África Austral

A segurança das vias de transportes de energia eléctrica de Cabora Bassa para a África do Sul – com a eventual criação de um «coespecializado de manutenção» das linhas – constitui um dos dois pontos fortes das históricas negociações tripartidas que esta manhã se iniciaram em Lisboa.

Pela primeira vez, represen-

Continua na pag. 4

Continuação da pag. 1

tantes dos governos de Portugal, Moçambique e África do Sul e da Hidroeléctrica de Cabora Bassa, SARL, empresa concessionária da exploração da barragem, reunem-se oficialmente e a alto nível para discutir globalmente o futuro daquele empreendimento.

O segundo ponto forte da proposta portuguesa da agenda das conversações foi, esta manhã definido no seu discurso de abertura dos trabalhos, pelo secretário de Estado do Tesouro, que chefia a delegação portuguesa – como respeitando à «fixação de novas tarifas de energia eléctrica, nomeadamente da que se destina ao mercado sul-africano».

Curiosamente António de Almeida não se referiu, nos dois temas que sugeriu para discussão, à continuação do projecto inicial da barragem, que previa a construção, numa segunda fase, de mais um complexo hidroeléctrico de 2000 megawats. Este alargamento de Cabora Bassa é defendido por alguns dos participantes na conferência e foi já objecto de análise em anteriores reuniões bilaterais entre a África do Sul e Moçambique, designadamente numa reunião efectuada em princípio de Janeiro.

Em pano de fundo do empenhamento português nesta matéria e para lá do significado político global, em termos de África Austral, do processo negocial de Cabora Bassa e do papel que aí assume o Governo de Lisboa surge o «envolvimento financeiro de Portugal» que o secretário de Estado do Tesouro qualificou de «desproporcionado aos seus interesses no projecto».

O esforço que Cabora Bassa tem representado para o povo português, sublinhou, «começa a chegar aos seus limites», quantificando-o mesmo em cerca de 44 milhões de dólares de prejuízos acumulados até 31 de Dezembro de 1983. Este montante, equivalente a cerca de 5 milhões e duzentos mil contos, «tem vindo a ser suportado exclusivamente por Portugal, o que obriga, por evidentes motivos éticos, a repartir-se aquele peso por todas as partes que beneficiam ou podem vir a beneficiar da energia produzida em Cabora Bassa», sustentou ainda António de Almeida.

O chefe dos negociadores portugueses insistiu em que, se não forem encontradas soluções, aquele projecto grandioso» está «condenado a não ser mais do que um enorme muro de betão armado, consumidor dos escassos recursos de Portugal». «Os actos de sabotagem que têm impossibilitado o fornecimento regular de energia» e que estão na origem dos avultados prejuízos que a barragem tem provocado, foram igualmente sublinhados, pressupondo-se que o comprometimento da África do Sul na criação de condições de segurança da zona atravessada pelas linhas seja um dos pontos importantes das negociações.

Como é sabido Pretória tem apoiado a todos os níveis os «bandidos armados» do Movimento de Resistência Nacional, que se opõe ao regime do presidente Samora Machel, e que é responsável pelos frequentes actos de sabotagem referidos. Tudo indica que os sul-africanos vieram a Lisboa na disposição de dar passos significativos na procura de um «modus vivendi» com Maputo e a delegação moçambicana terá certamente poderes para negociar nessa via.

No meio de todo este processo, de incalculáveis consequências para a África Austral, sublinhem-se as palavras do secretário de Estado da Cooperação português, Gaspar da Silva, que pronunciou o discurso de boas-vindas desta manhã, na ausência de Jaime Gama, que amanhã de madrugada regressa de São Tomé e Príncipe. Segundo aquele governante, que se «congratulou» com os «resultados alcançados nos recentes encontros entre as autoridades de Maputo e Pretória, «estes e outros acontecimentos recentes permitiram-nos alimentar a esperança de que se venham a criar condições na África Austral para o estabelecimento da paz na zona».

As delegações das quatro partes envolvidas (a Hidroeléctrica de Cabora Bassa é representada pelo eng. Castro Fontes) debaterão pormenorizadamente todas estas questões ao longo do dia de hoje e do dia de amanhã. Neste momento não se sabe ainda se haverá comunicado final conjunto, nem sequer se haverá uma sessão formal de encerramento. Se esta sessão tiver lugar será presidida por Jaime Gama, mas pode igualmente acontecer que os trabalhos sejam prolongados, caso o entendimento esteja à vista.